

## Uma abordagem foucaultiana das relações internacionais: os processos de integração regional a partir da concepção de dinâmica de poder<sup>1</sup>

Ricardo César Barbosa Júnior<sup>2</sup>

Juliana Brito Santana Leal<sup>3</sup>

### Resumo

O presente trabalho discute as relações globais de poder à luz de Michel Foucault, explorando a lógica da competitividade dos Estados ao analisar suas relações. Partimos da consolidação do Estado-nacional Vestfaliano até os atuais processos de integração regional. Identificamos uma passagem do poder político-militar para o poder econômico, isto é, do processo da consolidação universal do diferente em Vestefália no que se refere ao aspecto político, à recente aproximação dos semelhantes em função do polo econômico. O objetivo é entender de forma analítica como a Razão de Estado atrelada à arte de governar liberal compreende o poder e exerce controle a partir do que Foucault chama de biopolítica, e como tal fator possibilita a transição da disputa política direta à concorrência econômica. O texto utiliza o método de revisão bibliográfica, se tratando de uma pesquisa qualitativa, desenvolvido sob ótica das Relações Internacionais e agrega a transição teórica realismo-liberalismo da compreensão do Sistema Anárquico.

**Palavras-chave:** Foucault. Processo de integração regional. Competitividade. Dispositivo diplomático-militar. Biopolítica.

---

<sup>1</sup> Agradecemos os comentários e sugestões de: Cícero Josinaldo da Silva Oliveira, Matheus Hoffmann Pfrimer, Fernando Jorge Saraiva Ferreira Junior e Lília Santana Leal. Somos muito gratos também aos avaliadores da Revista Defesa e Segurança.

<sup>2</sup> Graduando em Relações Internacionais pela Universidade Federal de Goiás (UFG), pesquisador assistente do Núcleo de Estudos Globais (NEG) e pesquisador voluntário do Grupo de Estudos Internacionais e Comparados (GEIC) e do Programa de Pesquisa sobre Ativismo em Perspectiva Comparada (PROLUTA) desta instituição. Graduando em Direito pela Pontifícia Universidade Católica de Goiás (PUC-GO), é pesquisador-bolsista PIBIC-CNPq do Núcleo de Estudo e Pesquisa do Departamento de Ciências Jurídicas (NEPJUR) pela mesma instituição. ribarbosajr@gmail.com.

<sup>3</sup> Graduanda em Relações Internacionais pela Universidade Federal de Goiás (UFG), pesquisadora assistente do Núcleo de Estudos Globais (NEG) e pesquisadora voluntária PIVIC-CNPq do mesmo na área de Política Externa Brasileira e Direitos Humanos. Atualmente se encontra em Mobilidade Internacional pelo programa ESCALA AUGM na Universidad Nacional del Nordeste (UNNE) - Argentina. juliianabriito@hotmail.com

## Introdução

O presente estudo tem como objetivo propor uma discussão sobre a lógica da competitividade dos Estados, analisando suas relações desde a consolidação do Estado-nacional Vestfaliano até os atuais processos de integração regional. Pretendemos apontar o momento em que a concepção foi esboçada na obra de Michel Foucault, mais precisamente em sua última aula do curso *Em Defesa da Sociedade* de 1976 (2005). Junto a esta, o artigo pretende focar o curso *Segurança, Território, População* de 1978 (2008), em específico nas aulas de 22 e 29 de março de 1978 a respeito do dispositivo diplomático-militar e do dispositivo de polícia, respectivamente, compondo os dispositivos de segurança.

Foucault tem demonstrado ser um dos intelectuais de maior importância dos últimos tempos, com contribuições significativas em diversos ramos das ciências. Dentro das Relações Internacionais, tem grande destaque nos estudos securitários, assim como sua semiótica na análise de discurso. Dentro das Teorias das Relações Internacionais (TRI) suas contribuições se mostram pouco expressivas, com exceção das teorias de pós-modernismos/pós-estruturalismo, estas, porém, ainda ocupam papéis de menor relevância dentro da academia. O autor é colocado como base epistemológica, embora nunca tenha explicitamente afirmado uma filiação ao pós-estruturalismo.

É possível identificar esforços de utilizar Foucault para promover um diálogo dentro das TRI na literatura internacional, mas ainda com uma certa resistência. Para Paolini (1993), as obras de Michel Foucault destacam a necessidade de se repensar os pressupostos de disciplinas como as Relações Internacionais que tendem a permanecer estritamente universalistas e positivistas, trazendo a atenção aos estudos críticos do conceito de poder, através de uma perspectiva "pós-positivista", que encontra-se além do Terceiro Debate. Já Selby (2007) aponta que dentro das teorias pós-estruturalistas/pós-modernas das Relações Internacionais (RI) existem três objetivos gerais demonstrando como a proposta tem se desenvolvido na área desde então: i) apoiar desconstruções da teoria realista das RI; ii) analisar discursos e práticas de política internacional moderna; e iii) desenvolver novas formas de compreender a ordem liberal global contemporânea. Levando em consideração os apontamentos de Selby, este trabalho é um esforço para contribuir com o terceiro dos objetivos citados, que tem sido (em nossa opinião) o menos explorado.

Kiersey e Stokes (2013) publicaram uma coletânea que tem se posicionado como um marco da inserção de Foucault nas RI, reafirmando os recentes debates sobre biopolítica diante da problematização de poder dentro da disciplina, com base na contribuição de Foucault ao destacar a significância da segurança dentro dos governos liberais. Eles apontam como vários estudiosos estão utilizando seus conceitos da biopolítica e governamentalidade para compreender novas questões relevantes à segurança em perspectiva internacional. Ainda reconhecem as críticas a essas ideias por parte dos Marxistas e Comunitaristas, que criticam a noção de que a biopolítica não pode ser "escalada" até o nível das relações internacionais com precisão analítica. Nessa obra há uma série de análises desses debates que dialogam com o pensamento de Foucault nas RI. Ademais, nela identifica-se uma relevância cada vez maior de seu pensamento, que vem sendo utilizado para compreender as RI no mundo pós 11 de setembro.

Dentro da academia brasileira há também autores que trabalham Foucault dentro de uma abordagem teórica das RI (RODRIGUES, 2010; SOUZA, 2009; LAMAZIÈRE, 2007). De maior nota, destacamos a contribuição do professor Thiago Moreira de Souza Rodrigues. O enfoque geral de seus trabalhos tem sido no aspecto bélico-militar dentro dos Estudos Securitários, com a recorrente temática do narcotráfico (RODRIGUES, 2002) e da ecopolítica (RODRIGUES, 2013a). Ao pensar o campo do conhecimento das Relações Internacionais como um conjunto de técnicas, Rodrigues (2013b) recupera elementos do poder analítico, do conceito de *agonismo* e o método genealógico desenvolvido por Foucault. Enquanto ambos esforços ofereceram grandes contribuições em como aplicar o instrumental de Foucault, identificamos, todavia, em sua recente publicação uma abordagem na qual se concretiza o esforço de utilizar o autor como um interlocutor imediato para os debates teóricos das RI.

Assim, reconhecemos os trabalhos pré-existentes nesse campo, e engajamo-nos em um esforço de demonstrar como a ótica foucaultiana pode ser utilizada para colaborar, oferecendo ao mesmo tempo uma convergência teórica e uma releitura genealógica crítica do que se encontra estruturado nos grandes debates das tradicionais teorias das Relações Internacionais.

Nesse artigo, utilizamos de uma transição histórica para, de forma concomitante, demonstrar os desdobramentos de uma nova dinâmica de poder no cenário internacional – ao descrever a pluralidade de Estados soberanos individuais aos novos

arranjos regionais de soberania compartilhada – e compreender como essa transição mundana tem sido representada no campo teórico das Relações Internacionais.

Escolher a transição histórica dentro dos marcos temporais da Era Vestfália à Era Globalizada não significa, no entanto, o não reconhecimento de que a dinâmica de poder econômico sobrepondo-se ao militar já acontecia em outros momentos históricos. Tal sobreposição já se mostrava evidente na ascensão hegemônica holandesa no século XVII e na consolidação britânica como potência no século XIX. A escolha temporal pretendida, é, antes, vinculada ao trabalho histórico das RI (as quais dão muita ênfase ao momento Vestfaliano de surgimento dos Estados) e ampliada pela discussão contemporânea com o advento das trocas entre os Estados globalizados.

A estilo do próprio Foucault, propomos oferecer um olhar alternativo ao passado, buscando novos entendimentos a partir de releituras dos fatos ocorridos, visamos aqui também a um exercício similar, a fim de compreender de forma mais crítica a atual realidade internacional, envolvendo, a partir da história e da evolução das coisas, uma compreensão filosófica dos fenômenos mundiais.

Assim, é feita neste artigo uma análise genealógica do trâmite que vai da consolidação universal dos Estados, em termos políticos, como diferentes em Vestfália, à recente aproximação dos mesmos, que, como argumentamos, agora se identificam como semelhantes em função do fator econômico.

Dessa forma, abordamos a questão da transição da razão governamental, que vai do chamado "Estado de polícia" (a "razão de Estado" propriamente dita) à "razão econômica" liberal (COLLIER, 2011), e ressaltamos os distanciamentos e aproximações entre esses rearranjos. Será ainda discutida a questão da "governamentalidade", a relação da arte de governar (SENELLART, 2006) e a emergência do problema da população. Buscamos expressar como tal governamentalidade representa uma revolução na forma em que se pensa atualmente o problema do governo dos homens.

Este texto apresenta o resultado de leituras e análises de textos filosóficos e conceitos pertinentes ao tema abordado, buscando demonstrar como se pode utilizar os posicionamentos de Foucault para compreender os atuais processos de integração regional. O intuito é de melhor averiguar a mudança do poder e as formas de exercer controle a partir da biopolítica, que possibilita a transição da disputa política direta à concorrência econômica.

Assim, discutimos a centralização política da noção de força no contexto histórico da pluralidade de Estados, e como a Razão de Estado lida com o problema político da composição e do equilíbrio das forças.

Este artigo conta com três seções em que promovemos uma discussão da passagem do poder político-militar para o poder econômico à luz do debate proposto por Foucault. Nessas seções, em torno das quais se organiza o texto, discutimos o mesmo processo sob ângulos diferentes: i) apresentamos primeiramente a ideia geral, descrevendo gradualmente a transição do "político" ao "econômico"; ii) em sequência, problematizamos a questão dos dispositivos – diplomático-militar e de polícia – e apontamos como eles podem ser esboçados nos processos de integração regional; iii) e, por último, reforçamos os argumentos até então apresentados, explorando o que é considerado a maior contribuição de Foucault ao debater o papel da polícia para o Estado liberal e o fazer político. Dessa forma, trata-se respectivamente de três grandes discussões: i) Razão de Estado, o Estado como fim em si mesmo; ii) Razão Econômica, e arte liberal de governar ou a razão de Estado mínimo; e iii) a arte de governar e o dispositivo de polícia.

O texto foi produzido fazendo uso do método de revisão bibliográfica, trilhado a partir do itinerário teórico da filosofia política junto à literatura das Relações Internacionais, com um enfoque securitário, se tratando de uma pesquisa qualitativa.

### **Da universalização do diferente enquanto político à aproximação dos semelhantes pelo econômico**

Após Vestfália, o imperialismo não é mais compreendido enquanto uma realidade em função da nova consolidação da soberania (HARDT e NEGRI, 2000; NEGRI, 2001). As relações internacionais agora se enquadram dentro da lógica do gerenciamento da razão de Estado, e são conduzidas a partir das relações de força, "[...] isto é, no dia em que se reconhece enfim que o Império não é a vocação última de todos os Estados, o Império já não é a forma na qual um dia se deve esperar ou sonhar que os Estados se fundirão." (FOUCAULT, 2008 p.390)

São essas as relações de disputa – diretas e instrumentalizadas a partir dos mecanismos diplomático militar – que buscam proporcionar o equilíbrio das forças e, no plano interno, fazer potencializar o desenvolvimento das mesmas. A inclusão da força é

justamente o meio pelo qual se possibilita a interação. Tal concepção é importante pois marca uma transformação que rearranja todo o cenário político. É uma mudança que até hoje rege as modalidades de contato dentro do Sistema Internacional anárquico. Assim, é justamente a partir deste momento que surge o biopoder.

Faz-se necessário uma distinção entre a biopolítica e o biopoder. A biopolítica é a prática de biopoderes locais. O biopoder, como Foucault explica na última aula do curso *Em Defesa da Sociedade* (2005), como também no último capítulo de *A Vontade de Saber* (1994), envolve uma dupla tomada de poder sobre corpo com os poderes disciplinar e biopolítico; poder sobre o corpo-indivíduo e poder sobre o corpo-espécie. No biopoder, a população é tanto alvo como instrumento em uma relação de poder. Assim, é importante ressaltar que a biopolítica introduz mudanças em relação ao quadro precedente, o que significa dizer que agora o poder disciplinar não está mais endereçado ao governo dos indivíduos, senão que ao governo da população, sendo então a biopolítica parte de um biopoder já em curso desde o século XVII, fator que é bastante interessante para o contexto que consideramos nessa dupla assunção do poder sobre a vida, que tem motivações político-econômicas.

É sabido que a noção de desenvolvimento pode ser compreendida de inúmeras formas, todavia, a mais convencional concepção de desenvolvimento, em se tratando de Estados, se mede através do acúmulo econômico. É essencial analisarmos de que forma, e por quais partes, o crescimento econômico se torna esse padrão de mensurabilidade, e para isso é importante considerar o desenvolvimento da própria população, contabilizando, por exemplo, a natalidade, mortalidade, epidemias, taxa de analfabetismo, etc.

Caracteriza-se, assim, a origem de uma inédita tecnologia de poder: a estatística, fruto da própria razão de Estado. Esse fator vai possibilitar a crítica posterior advinda da Economia Política que coloca a população, e não o Estado, como operador maior. Em termos de atores, é justamente esse câmbio de protagonismo – do foco no Estado ao foco na população – que identificamos no presente trabalho. A diferença mais decisiva entre as governamentalidades da Razão de Estado e do liberalismo passa antes por seus modelos de gestão, sendo a primeira do tipo regulamentar-interventiva (organizada no âmbito da interdição e da lei) e a segunda assumindo uma naturalidade nos fenômenos populacionais pelas quais os "fenômenos anulam os fenômenos" (*laissez-faire*). No

entanto, ambas reconhecem a centralidade da população, pelo que se inscrevem no horizonte biopolítico.

Os políticos eram os que definiam uma nova arte de governar [...]. Os políticos eram os que disseram: vamos deixar de lado esse problema do mundo e da natureza, procuremos saber qual a razão intrínseca da arte de governar, definamos um horizonte que possibilite estabelecer exatamente quais devem ser os princípios racionais e as formas de cálculo específicas de uma arte de governar. E, recortando assim o domínio do Estado no grande mundo cosmoteológico do pensamento medieval e do pensamento da Renascença, eles definiram uma nova racionalidade. Heresia, fundamental, heresia dos políticos. Pois bem, quase um século depois apareceu uma nova seita, percebida por sinal igualmente como seita, a dos economistas. Economistas que eram heréticos em relação a que? Não mais em relação a esse grande pensamento cosmoteológico da soberania, mas heréticos em relação a um pensamento ordenado em torno da razão de Estado, heréticos em relação ao Estado, heréticos em relação ao Estado de polícia, e foram eles que inventaram uma nova arte de governar, sempre em termos de razão, claro, mas de uma razão que não era mais a razão de Estado, ou que não era mais apenas a razão de Estado, que era, para dizer as coisas mais precisamente, a razão de Estado modificada por essa coisa nova, esse novo domínio que estava aparecendo e que era a economia. A razão económica está não substituindo a razão de Estado, mas dando um novo conteúdo a razão de Estado e dando, por conseguinte, novas formas a racionalidade de Estado. Nova governamentalidade que nasce com os economistas mais de um século depois da outra governamentalidade [ter] aparecido no século XVII. Governamentalidade dos políticos que vai nos dar a polícia, governamentalidade dos economistas que vai, a meu ver, nos introduzir em algumas das linhas fundamentais da governamentalidade moderna e contemporânea. (FOUCAULT, 2008 p. 467-468)

Evidencia-se neste momento um deslocamento da noção de soberania clássica do território, como em Maquiavel (1996), que em *O Príncipe* define sua Razão de Estado e exalta a autopreservação como racionalidade única, tratando aqui de forma unitária o acúmulo de poder meramente bélico e que não abarca o polo econômico. A ideia de competição nessa ocasião é pensada a partir de um enfoque securitário, ao oposto da nova realidade que detalhamos em seguida que faz menção ao poder econômico orientado ao equilíbrio.

A partir do tratado de Vestfália, que vem a formalizar dentro de uma perspectiva teórica a própria razão de Estado, notamos que naturalmente já se levava à lógica concorrencial. Ela, no entanto, só se consolida subsequentemente no plano visível tomando forma sob o olhar da Economia Política.

[Do] Ponto de vista teórico: creio que a ideia de que os Estados estejam, entre si, numa relação de concorrência é, no fundo, a consequência direta, quase inelutável, dos princípios teóricos postos pela razão de Estado, de que lhes falei da última vez. (FOUCAULT, 2008, p.389)

No âmbito internacional, elide-se a perspectiva de Estados unitários, construindo um contexto de pluralidade de Estados que, do ponto de vista cosmopolita, deveria permanecer plural e possivelmente harmonioso entre si.

A pluralidade de Estados não é nessa perspectiva, uma forma de transição entre um primeiro reino unitário e um império último em que a unidade se encontraria. A pluralidade de Estados não é uma fase de transição imposta aos homens durante um tempo e para seu castigo. Na verdade, a pluralidade de Estados é a própria necessidade de uma história agora inteiramente aberta e que não é temporalmente polarizada para uma unidade última. Um tempo aberto, uma espacialidade múltipla - eis o que está de fato implicado nessa teoria da razão de Estado de que eu lhes falava na última vez. (FOUCAULT, 2008 p.389-390)

Os diferentes emergem nesse contexto e tomam seu espaço frente às definições de Estado encontradas anteriormente. O tratado de Vestfália inaugura uma Europa com delimitações geográficas específicas, juridicamente reconhecendo os Estados plurais enquanto autônomos, independentes, e "soberanos entre si".

Enxerga-se, portanto, um espaço internacional diverso, isto é, onde os Estados são agora reconhecidos de formas independentes e autônomas. Com o fim do conflito da Guerra dos 30 Anos, que acabou com as iniciativas imperiais em seu sentido clássico<sup>4</sup> de domínio direto sobre o território, a expansão territorial do Estado enquanto finalidade própria é colocada em cheque.

É nesse sentido que se constituiu uma Europa de forma muito próxima da que conhecemos hoje, com regiões delimitadas, com reconhecimento das soberanias individuais, e com os Estados<sup>5</sup> interagindo de forma competitiva não apenas entre si:

---

<sup>4</sup> Como iniciativa imperial em seu sentido clássico compreendemos a noção de domínio direto sobre um determinado território como atividade de fim, e não como atividade de meio.

<sup>5</sup> À luz do contexto atual, fica claro que o quadro descrito não é absoluto ou imutável. Assim, quando se vê os Estados Europeus fechando suas fronteiras aos migrantes, e, de certa forma, a decadência da União Europeia devido às crises, isso não significa uma deslegitimação à argumentação desenvolvida. Podendo ser um indicativo do que está por vir.

Temos agora unidades de certo modo absolutas, sem nenhuma subordinação nem dependência umas [em relação as outras], pelo menos no caso das principais, e essas unidades - é esse, então, o outro aspecto, a outra vertente da realidade histórica com que tudo isso se articula -, essas unidades se afirmam, ou em todo caso se procuram, procuram se afirmar num espaço que é agora o dos intercâmbios econômicos ao mesmo tempo multiplicados, ampliados e intensificados. Elas procuram se afirmar num espaço que é o da concorrência comercial e da dominação comercial, num espaço de circulação monetária, num espaço de conquista colonial, num espaço de controle dos mares, e tudo isso dá a afirmação de cada Estado por si mesmo não simplesmente a forma de autofinalidade de que eu lhes falava na última vez, mas esta forma nova, a da concorrência. (FOUCAULT, 2008 p.391)

Mudando o foco das análises agora para os recentes processos de integração regional, podemos notar que eles se articulam no sentido de atrelarem-se economicamente e tornarem coletivas as escalas de tomadas de decisões, objetivando maiores ganhos relativos a todos envolvidos no processo. A capacidade de barganha enquanto bloco solidificado torna-se maior, evidenciando que a transição da disputa política de força direta à econômica leva ao ajuntamento dos Estados.

O ponto forte dos processos de integração regional, diante do aspecto político-social, é que agora, aqueles Estados que anteriormente eram tidos como diferentes, ao se contrastarem com o restante do mundo, passam a ser identitariamente reconhecidos, entre si e frente aos demais, como semelhantes. O que surgiu como um equilíbrio pluriestatal de força passa a ser um equilíbrio interestatal regional de poder.

O que era o poder de Estado está hoje tão indivisível que se torna inviável dissociar o político do econômico. Assim, não buscamos afirmar que o poder deixou de ser expressado na esfera internacional, mas sim que há uma transição na forma pela qual ele se manifesta, e que essa transição tem fortes repercussões macroestruturais, que resultaram em leituras confundidas como, por exemplo, a teoria da paz democrática.

Antes institucionalizava-se o processo de consolidação estatal nos moldes soberanos que ainda hoje conhecemos. Entretanto, o que estamos a sugerir é que com o processo de regionalização, agora se institucionaliza as soberanias de modo a não negar a concepção evoluída de razão de Estado ao pensar a biopolítica, mas sim ao articular com a relação de ordem econômica preponderante.

Se com Vestfália os Estados se fundaram, nos recentes processos eles se fundiram. Essa afirmação, por mais ousada que seja, se mostra pertinente em uma perspectiva de como se estabelecem as relações internacionais atuais. Neste sentido lançamos mão de três argumentos: i) essa fusão não se dá em todos os âmbitos, ou seja, os

Estados não perdem sua soberania por compartilhar parte dela. Esta é simplesmente exercida dentro de um novo contexto; ii) fusão que também não é irreversível, uma vez que os Estados, que já se associaram por meio de processos de integração regional, podem propôr a sua saída ou ainda a desintegração da mesma. Esses casos são excepcionais mas podem vir a ocorrer; e iii) existem também processos de integração regional com enfoque securitário, por mais que esse não seja o enfoque do presente trabalho.

Com os processos que se fundem globalmente, a exemplo da Organização dos Estados Americanos (OEA) –que surgiu logo após a criação da Organização das Nações Unidas (ONU), sendo um dos primeiros processos de aproximação regional–, ou os processos subsequentes dos continentes como Tratado Norte-Americano de Livre Comércio (NAFTA), e Mercado Comum do Sul (MERCOSUL) e ainda o que pode ser considerado o novo regionalismo asiático, observamos que o poder agora é compreendido de forma mais difusa, agregando ao teor político o caráter econômico.

Assim, a diferença universalizada iniciada pelo tratado de Vestfália como destino histórico começa a ser pensada agora de modo coletivizado enquanto blocos. Este processo se possibilitou dentre uma série de convergências, não estando alheio a outros fatores que vieram de encontro a possibilitar o descrito, como exemplo a reforma que gerou a divisão das duas religiões cristãs e que exerceu forte influência.

O cenário de disputa, não será mais os territórios a serem invadidos, mas o mercado internacional; agora o cenário é a economia, o objeto é o crescimento – compreendido aqui como acúmulo – agregado ao surgimento do capitalismo com a economia de mercado internacional<sup>6</sup>. A evolução da noção de império, como mais que o próprio domínio territorial, pode ser agora pensada a partir da forte influência exercida pelos Estados soberanos, tal influência, embora não imediata, opera no sentido de viabilizar que as vantagens econômicas sejam alcançadas a qualquer custo, sendo assim, o mercado internacional é o campo de atuação, e, mais do que isso, de interação dos diversos novos atores globais, que por intermédio de organizações regionais, se veem exercendo sua soberania compartilhada e, ao mesmo tempo, compactuando da lógica de mercado que rege

---

<sup>6</sup> Dessa forma, não é mais necessário o controle sobre grandes extensões territoriais, mas o domínio de pontos estratégicos do território ainda permanece muito importante. Podemos tomar como exemplo as ações dos EUA sobre o território do Iraque e Afeganistão, ou da Rússia com o território ucraniano quando buscavam por meio do controle de pontos estratégicos o acesso a recursos importantes (ou nos exemplos, energéticos), esses que continuam essenciais dentro de uma lógica de mercado.

o comércio internacional. O que supera, assim, a visão de soberania em seu sentido arcaico, no entanto, não sugerindo que inexistem questões de dominação relativas a aspectos territoriais.

Em Gramsci, a dominação pelo sentido ideológico é vista a partir da ótica da "fabricação de consentimento" (GRAMSCI, 1971), ou seja, para além da "sociedade política" que, segundo ele, governa através da força, existe uma "sociedade civil" que se utiliza do poder de consentimento. O modo conforme o qual essa dominação pelo viés ideológico é produzida e legitimada foi alvo de interesse da burguesia que buscava firmar-se enquanto hegemônica nos séculos passados, e para tanto, utilizavam-se de meios como a universidade, a vida religiosa, a mídia impressa, as veiculações culturais (teatros, danças, literatura) etc.

### **A dinâmica das forças e as relações de poder**

O enfrentamento concorrencial, segundo Foucault, traz à tona uma questão fundamental a ser compreendida: a noção de força.

Em todo caso, a partir do momento em que se passou da rivalidade dos príncipes a concorrência entre os Estados, a partir do momento em que o enfrentamento foi pensado em termos de concorrência de Estados, é evidente que se descobre, que se põe a nu uma noção absolutamente essencial e fundamental, que ainda não havia aparecido e que ainda não havia sido formulada em nenhum dos textos teóricos sobre a razão de Estado de que lhes falei. Essa noção é, evidentemente, a noção de força. Não é mais a ampliação dos territórios, mas o aumento da força do Estado; não é mais a extensão das posses ou das alianças matrimoniais, [mas] o incremento das forças do Estado; não é mais a combinação das heranças por meio das alianças dinásticas, mas a composição das forças estatais em alianças políticas e provisórias. É tudo isso que vai ser a matéria-prima, o objeto e, ao mesmo tempo, o princípio de inteligibilidade da razão política. (FOUCAULT, 2008 p. 395-396)

A questão da força, que perpassa os dois dispositivos fundamentais de atuação do Estado, o dispositivo de polícia e o diplomático-militar, atuam respectivamente no âmbito interno e externo (RODRIGUES, 2013a). Esses dispositivos ganham sentido na Razão de Estado a partir do momento em que se consolida a noção de escolha. Essa ideia é central na aula do dia 22 de março do curso de 1978 (FOUCAULT, 2008, p. 396), atrelada à noção de força das nações concorrentes entre si, e é contemporânea à própria constituição da Europa a partir do modo em que essa vai se definir no século XVII.

A razão política, se a considerarmos, portanto, não mais nesses textos um tanto teóricos, ainda um tanto essencialistas e platônicos de que lhes falava na última vez, mas, se vocês a considerarem nas formulações de que foi objeto principalmente no fim do século XVI, no início do século XVII, sobretudo em torno da Guerra dos Trinta Anos, e por pessoas que eram muito mais práticas do que teóricas da política, pois bem, encontraremos um novo estrato teórico. Esse novo estrato teórico e analítico, esse novo elemento da razão política é a força. É a força, a força dos Estados. Entramos agora numa política que vai ter por objeto principal a utilização e o cálculo das forças. A política, a ciência política encontra o problema da dinâmica. (FOUCAULT, 2008 p.396)

A compreensão da dinâmica das forças que abordamos não vai de encontro ao sentido concorrencial estritamente bélico-militar, mas sim às proporções de crescimentos que podem ser mensuradas economicamente, tendo sua origem no mercado internacionalizado como nós o compreendemos hoje (GUIZZO e LIMA, 2015). Longe de reduzir a noção de dispositivo foucaultiana às questões estritamente econômicas, buscamos apenas enxergar à luz da economia o que frequentemente vem sido enxergado tão somente à luz do aspecto bélico-militar. Ou seja, apresentamos a compreensão de que o debate pelo prisma do econômico – que geralmente não é feito – é uma alternativa à proposta situada no *mainstream* de debater pela ótica da força.

O dispositivo diplomático-militar é uma técnica de controle das forças em que os Estados plurais, apoiando-se na diplomacia e na guerra, evoluem as noções refinadas do processo integracionista institucionalizado por meio das concepções liberais de cooperação e ganho mútuo de tal maneira que os Estados possam concorrer assegurados pelo equilíbrio de forças no espaço internacional, que se auto intitula como livre e não regulamentado para a competição.

O equilíbrio da conciliação apoia-se na ameaça de guerra, ou seja, a paz só existe com base na ameaça de uma iminente violência. O impasse surge no momento em que a utilização da força por meios proibidos (e postulados normativamente enquanto proibidos) inviabiliza a cooperação e chama ao conflito. Por exemplo, ao introduzir a capacidade nuclear de destruição reiterada da vida humana na terra, o uso dessa força fica normativamente proibido e materialmente inadequado. Dessa forma, reforça a ideia da aula de 7 de janeiro de 1976 em que Foucault faz inversão ao aforisma de Clausewitz, "política enquanto continuação da guerra por outros meios", dentro desse novo quadro de relação de poder que trabalhamos.

Os processos de integração regional são, por um lado, uma alternativa ao esboçado anteriormente. Produtos da ideologia do "econômico" enquanto propulsor de uma

nova plataforma de disputa de poder, e dentro de um espaço onde a concorrência é a forma de se relacionar, os processos de integração regional ganham impulso na Era Globalizada pela facilidade dos intercâmbios monetários, culturais, logísticos e pessoais.

A paz de Vestfália se mostrou limitada pelas Guerras Mundiais. Recentemente, se observa uma sofisticação do que compreendemos como paz. Isso não significa afirmar que ela esteja pensada em função de motivações estritamente econômicas, e aqui situamos que há aqueles que tomaram como base o que Kant (2008) aponta como o "projeto de paz perpétua", exacerbando o mérito da democracia liberal que, conforme cremos, fora feita de forma limitada, apropriada para a Teoria da Paz Democrática.

Oferecemos assim, a proposta de que foi por meio de uma alta institucionalização e compartilhamento de outros setores estatais que os processos de integração regional se tornaram viáveis e plausíveis de se concretizar, por exemplo no que se refere a moedas, fluxos de pessoas, tomadas de decisões políticas e até mesmo propostas de integrarem-se legalmente.

A Europa, como já colocado por Foucault (2005), representa, além de uma delimitação geográfica, um alinhamento de interesses. Interesses esses que se acoplam às necessidades individuais dos Estados que também são salvaguardadas na coletividade. Hoje este processo da integração é "um espaço permanente de convivência" enquanto um "ciclo da contenção" (FOUCAULT, 2008 p. 399). Sob esse prisma a leitura permite uma melhor compreensão frente à lacuna que almejamos preencher.

A primeira década do século XXI contou com uma expansão da União Europeia (UE), chamado de alargamento ou "o *big bang* da UE", onde foram incluídos outros Estados, muitos dos quais, no período denominado "Guerra Fria", faziam parte do domínio soviético. Ao colocar em xeque o auto interesse do bloco, questionando-se sobre o que esses Estados teriam a oferecer, é possível verificar que chegaram a se estabelecer certos pré-requisitos para que pudessem integrar-se, sem ao menos ter a preocupação de assim o fazer em oculto.

Seria a globalização, que se exerce primordialmente no quesito econômico, e os processos integracionistas, que são analisados por vezes como uma crise da soberania, algo a se relativizar? O que queremos sugerir é que, ao compartilhar a economia, os Estados não realizam um procedimento de relaxamento, mas sim do que seria uma evolução do que foi iniciado anteriormente. Processo esse em que se encontram

indissociáveis o econômico e o político, sendo que, por vezes, o político se sobrepõe. Essa soberania compartilhada tampouco refere-se à uma perda gradual da mesma, antes pois é uma alternativa aos Estados a fortalecerem-se tendo em vista as ambiciosas aspirações comuns, e as individuais.

Atualmente os países "terceiro-mundistas" estão começando a se emancipar desta lógica excludente de ganho-ganho, lógica essa em que se vende o crescimento aos que possuem menos desenvolvimento econômico exercendo um certo tipo de neoimperialismo. Nessa interpretação, o neoimperialismo pelo econômico torna-se ainda mais perigoso e excludente do que aquele territorial que se dizia ter sido superado pela paz de Vestfália. O sentido posterior de política é pensado assim enquanto jogo de equilíbrio das forças.

[...], em que era da Igreja que se esperava a paz, porque ela era a potência única, única e unificante. Agora espera-se a paz dos próprios Estados e da sua pluralidade. Mudança considerável. É esse o objetivo, para garantir essa segurança na qual cada Estado poderá efetivamente aumentar suas forças, sem que o aumento das suas forças seja causa de ruína para os outros e para ele próprio. (FOUCAULT, 2008 p.402)

Como superação da paz única da Igreja, agora surge o que podemos chamar de paz a partir de regionalidades. A paz proposta em Vestfália foi de uma paz frágil, onde um país poderia ser tentado a se posicionar de modo a ascender frente aos demais – como nota-se nos projetos imperiais dos regimes totalitários.

Sob a ótica do Realismo das RI, nada mais óbvio do que essa disputa por poder nata dos Estados, uma vez que eles são auto interessados e se movem tão somente pelo desejo de auto conservação e de angariar cada vez mais poder. A transição ao que chamamos de teoria Liberal no polo das RI se dá a partir da compreensão de que é a cooperação – e agora emerge o polo econômico como central – e não a competição que moverá os Estados em sua busca de visibilidade e permanência no Sistema Anárquico. Sendo assim, como pretendemos elucidar, os processos integracionistas regionalmente também ilustram muito bem essa ótica de ter o plano econômico sobrepondo o patamar político.

Na passagem supracitada, Foucault faz referência ao fato de que, a partir de certo momento, é do Estado que se espera a paz. E, dentro de tal perspectiva, uma compreensão mais crítica enxerga nela uma paz precária, porque é mediada por uma política concorrencial de incremento das forças. Torna-se, portanto, uma alternativa

questionar se a chamada "paz em bloco" seria uma opção que possibilita, ao se enrijecer, o surgimento de várias realidades regionais que configuram as pluralidades antes dispersas e, assim, coadunam ao desenvolvimento. Dessa forma, o próprio discurso de justificação da guerra, "a guerra como uma última razão", sofre alterações.

Ainda no curso de 1976, *Em Defesa da Sociedade* (2005) Foucault se propõe a analisar o quanto a questão da guerra nos possibilita compreender o cenário político moderno. Sendo assim, diante da máxima de Clausewitz (1996), "a guerra é a continuação da política por outros meios", Foucault argumenta que a guerra vai ser substituída pela própria política (como demonstramos na questão dos limites da utilização das armas nucleares). Isto é, se reconhece que a guerra não é mais um expediente político legítimo ao inverter-se a lógica Clausewitziana.

Dizer que a política é a continuidade da guerra por outros meios leva a disputa para um plano que não o bélico. "Guerra", portanto, é um gabarito de inteligibilidade daquilo que, em algum nível, permanece mesmo na paz: as relações de poder sempre em disputa, agora na política, nunca silenciadas. O que está em jogo aí é o conceito foucaultiano de poder.

Pode-se também pensar não apenas a guerra em si, mas também as tensões – como evidenciamos na Guerra Fria – como uma continuação do equilíbrio por outros meios. Sendo que agora a guerra utiliza-se do atributo político enquanto dispositivo militar na seara internacional.

Aqui cabe uma distinção entre os conceitos de Segurança Internacional e Segurança Humana. O primeiro faz menção à paz entre os Estados, e o segundo trata concomitantemente da preservação da materialidade de cada indivíduo e do sentimento de segurança ligado à satisfação plena da qual compartilha cada um. Há também que se retomar a própria noção de paz que, de forma bastante simplista, pode ser pensada no seu sentido negativo ou positivo, ou seja, como simplesmente a ausência de conflito – negativa – ou paz como a possibilidade de criar medidas que atuem de modo a prevenir futuros conflitos e viabilizar o desenvolvimento, não só econômico, mas humano – positiva, portanto.

É verdade que a última compreensão pode ser tratada enquanto uma proposta liberal, por exaltar a noção central de progresso humano cosmopolita e traz imbricada também a noção de interdependência complexa, o que se configura em uma

limitação ao descredenciamento completo da proposta. Buscamos, assim, apontar o quanto essa tem se hegemonizado ao se legitimar enquanto um modelo a ser exportada de maneira homogeneizada.

Vale a pena ressaltar o quanto essa concepção é importante a fim de superar a noção de igualdade formal supostamente de Estados soberanos, possibilitando ainda um pensamento em termos de equidade, com a concepção de justiça que preza pelo "tratamento desigual dos desiguais nas medidas de suas desigualdades".

De forma mais pontual, evidencia-se tais iniciativas em mecanismos como a cláusula da nação mais favorecida que, dentro da Organização Mundial do Comércio (OMC), busca inibir que o tratamento privilegiado, em um quesito econômico, possa estimular rivalidades dentre as competitividades do mercado livre concorrencial.

Outro importante ponto a ser ressaltado é de como essa transição entre a força e o polo econômico simboliza, dentro da literatura de RI, uma mudança de âmbitos teóricos do realismo clássico ao liberalismo. Dentro da ótica realista, o objeto de estudo são os Estados e a lógica do Poder sempre é imperativa, enquanto que, por outro lado, o liberalismo analisa o indivíduo e se coloca na disposição de que a cooperação é a lógica vigente. Aqui temos, em extremos, os conceitos de Segurança Internacional e Segurança Humana ilustrados teoricamente, e o que Morgenthau (2003) considera como Poder em *Politics Among Nations* se contradiz em essencialidade ao que, por exemplo, Joseph Nye (2012) aponta como tal em *The Future of Power*.

À medida que Morgenthau elenca elementos do poder no âmbito internacional ligados ao chamado *hard power* expresso no modelo de Equilíbrio de Poder, por exemplo, Nye, por sua vez, destaca aspectos mais brandos do poder, sem deixar de preconizar, no entanto, a combinação de todos os seus elementos para o Sistema Anárquico em uma era de "poder com outras nações, e não simplesmente sobre outras nações".

### **Polícia para Foucault e o processo de integração regional**

Polícia para Foucault se distancia da definição que adotamos a partir do final do século XVIII e que compreendemos hoje. Para o autor, polícia trata de um recurso administrativo. Esse é, portanto, o primeiro grande aparelho administrativo do qual temos notícia na história do Estado moderno.

A política é uma tecnologia de poder, uma governamentalidade própria da razão de Estado que se coloca no espaço internacional de contenção. A polícia é aquilo que, no âmbito interno, vai tentar fomentar o desenvolvimento das forças para que este Estado possa fazer frente aos demais no plano internacional. A política possui a finalidade de garantir a ordem interna dentro da ótica estatal de que o exército se contrapõe às forças externas que ameaçam a soberania do Estado, enquanto que a polícia trabalha dentro de uma ótica da micropolítica de proteger a soberania de ataques internos.

A dimensão do conceito de "política" é a de uma força repressora, como um aparte. Embora esteja especificamente falando da razão de Estado, seu entendimento continua pertinente e atual. A polícia concentra o dispositivo diplomático-militar, perpetuando essa lógica de competitividade. Para incrementar as forças capitalistas comerciais no âmbito interno, a polícia vai: i) majorar a população; ii) prover as necessidades da vida; iii) garantir as condições para a saúde; iv) garantir que não haja ociosos; e v) zelar pelas condições de circulação.

O surgimento da população como objeto da política, ou seja, a ideia de que a população configura a principal variável econômica que possibilita o crescimento do Estado, encontra-se agora não mais no projeto universalista do Império, mas em um espaço internacional de competição: o chamado Sistema Internacional.

A operacionalidade da política, doméstica ou externa, passa por uma utilização dos homens. A utilização dos homens é descrita no sentido de torná-los úteis ao Estado, compondo todo o ciclo produtivo e com o intuito de exaurir a vida desses indivíduos de forma proveitosa. Isso esvairia as chances de felicidade. Como fazer com que a felicidade dos homens seja útil ao crescimento do Estado? A forma mais recente de equacionar a felicidade tem como resposta o consumo.

O que importa à polícia como arte de governo – como governamentalidade da Razão de Estado – é administrar a vida das pessoas ao conter o bem-estar, isso em funções elementares ou em outras dimensões da utilidade para além do mero viver, o que Foucault chama de tornar "mais que viver"

O que a polícia abrange assim é, no fundo, um imenso domínio que, poderíamos dizer, vai do viver ao mais que viver. Quero dizer com isso: a polícia deve assegurar-se de que os homens vivam, e vivam em grande número, a polícia deve assegurar-se de que eles tenham de que viver e, por conseguinte, tenham de que não morrer muito, ou não morrer em quantidade grande demais. Mas deve assegurar-se ao mesmo tempo de que tudo o que, em sua atividade, pode ir além dessa pura e simples subsistência, de que tudo isso vá, de fato, ser produzido, distribuído, repartido, posto em circulação de tal maneira que o Estado possa tirar efetivamente daí sua força, Digamos numa palavra que nesse sistema econômico, social, poderíamos dizer até nesse novo sistema antropológico instaurado no fim do século XVI e no início do século XVII, nesse novo sistema que já não é comandado pelo problema imediato de não morrer e sobreviver, mas que vai ser comandado agora pelo problema de viver e fazer um pouco melhor que viver, pois bem, é aí que a polícia se insere, na medida em que é um conjunto de técnicas que asseguram que viver, fazer um pouco melhor que viver, coexistir, comunicar-se, tudo isso será efetivamente transformável em forças do Estado. A polícia é o conjunto das intervenções e dos meios que garantem que viver, melhor que viver, coexistir, será efetivamente útil à constituição, ao aumento das forças do Estado. (FOUCAULT, 2008, p. 438)

Na preocupação com a utilidade dos homens dentro da utilidade política policial, há uma perspectiva de utilização integral dos homens, que vai do mero viver ao mais que viver, da vida à felicidade. Podemos aqui fazer um paralelo entre o poder disciplinar e o biopoder, com a ideia das concepções de exército e polícia discutidas.

Temos portanto com a polícia um círculo que, partindo do Estado como poder de intervenção racional e calculado sobre os indivíduos, vai retomar ao Estado como conjunto de forras crescentes ou a se fazer crescer - mas que vai passar pelo que? Ora, pela vida dos indivíduos, que vai agora, como simples vida, ser preciosa para o Estado. No fundo, isso já estava adquirido, sabia-se perfeitamente que um rei, um soberano era tanto mais poderoso quanto mais súditos tinha. Vai passar pela vida dos indivíduos, mas vai passar também pelo melhor que viver, pelo mais que viver, isto é, pelo que na época se chama de comodidade dos homens, seu aprazimento [*agrément*] ou sua felicidade. Vale dizer que esse círculo, com tudo o que ele implica, faz que a polícia deva ser capaz de articular, uma com a outra, a força do Estado e a felicidade dos indivíduos. Essa felicidade, como mais que viver dos indivíduos - é isso que de certo modo deve ser logrado e constituído em utilidade estatal: fazer da felicidade dos homens a utilidade do Estado, fazer da felicidade dos homens a própria força do Estado. (FOUCAULT, 2008 p. 438-439)

A grande inovação para a política, sobretudo economicamente, é possibilitar a reestruturação da lógica da competitividade, e isso é levado a cabo pelo plano internacional de livre concorrência.

### Considerações finais

A leitura até então apresentada não tem o intuito de apontar limitações dos estudos foucaultianos, mas sim de ressaltar o quanto suas contribuições se mostram atuais

e pertinentes no cenário internacional, e de como seus direcionamentos se consolidam de modo a fortalecer o que foi apresentado.

Ao reafirmar o que foi colocado por Foucault, tratando do processo de transição da pauta política à econômica instigada pela biopolítica, nota-se que o desenvolvimento, enquanto nome comum que foi também chamado de crescimento, instigado pelo sistema de competitividade, é a questão central.

Frente às relações Norte-Sul de desenvolvidos e em vias de desenvolvimento, como sugere a terminologia da ONU, ao analisarmos as esferas internas das populações, reconhecemos desigualdades substanciais, desigualdades essas que estão pautadas nas distintas relações de poder que os Estados têm e exercem entre si. Dado o processo de integração regional, notamos que as potencialidades de Estados colocadas juntas podem atuar de modo a compactuar as forças e levar à sobreposição do fator econômico ao político, como sugerido e comprovado a todo tempo nesta leitura.

Quando é feita uma divisão da política em "alta política" e "baixa política" ocorre uma diferenciação de temas militares e econômicos, respectivamente. Isso nos permite utilizá-los enquanto indicadores para compreender de forma mais didática as perspectivas mais imediatas de cada Teoria das Relações Internacionais em questão. Assim, enquanto por um lado temos o Realismo e posteriormente Neorealismo, com a questão maior sendo a busca pelo poder pós-Vestfália, por outro lado temos o Neoliberalismo ou a Teoria de Interdependência Complexa (KEOHANE e NYE, 1973;1977;1998), que foi descrita com a leitura dos aspectos de integração regional.

Portanto, evidenciamos e demonstramos a partir de nossa leitura foucaultiana, o câmbio da supremacia da alta política sobre a baixa, e a nova tendência à supremacia dessa. É importante destacar que agora não há uma hierarquia formal tão explícita entre as diferentes agendas políticas, mas que o fazer político em si se dá dentro de uma perspectiva cada vez mais econômica.

Em se tratando dos Estados, a cooperação torna-se a maior preocupação, ao oposto da busca da afirmação pelo viés da competição expresso anteriormente. Há assim uma relativização da autonomia, da soberania que é vista pelo sistema.

Enquanto são utilizadas muito mais nas teorias pós-modernas e pós-estruturalistas, as contribuições de Foucault têm sido negligenciadas dentro das demais

teorias de RI. Como grande estudioso e crítico do liberalismo, suas leituras podem oferecer um arcabouço que dialogam com as preocupações das RI por meio de sua Filosofia Política.

Dessa forma, incluímos a nossa contribuição como um esforço a colaborar nessa lacuna da literatura das Relações Internacionais, de modo a fornecer uma leitura mais acessível a partir das obras de Foucault da transição do arranjo internacional com essa nova dinâmica de poder. Acreditamos que esse conhecimento é essencial, atuando como um mais nítido diagnóstico das estruturas, para que venha a existir condições de melhorias, frutos de inovações que se originem a partir dessas.

### Referências bibliográficas

CANDIOTTO, Cesar. "Foucault: biopoder, biopolítica e governamentalidade". In:

LAGASNERIE, G. de. *A última lição de Michel Foucault*. Trad. André Telles. São Paulo: Três Estrelas, 2013.

CLAUSEWITZ, Carl Von. *Da Guerra*. Berlim: WMF Martins Fontes, 1996.

COLLIER, Stephen J.. Topologias de poder: a análise de Foucault sobre o governo político para além da "governamentalidade". *Rev. Bras. Ciênc. Polít.* [online]. 2011, n.5, pp. 245-284. 2011.

FOUCAULT, Michel. *Em defesa da sociedade*. Trad. Maria Ermantina Galvão. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

\_\_\_\_\_. *Segurança, território, população*. Trad. Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

\_\_\_\_\_. *História da sexualidade I. A vontade de saber*. Trad. Pedro Tamen. Lisboa: Relógio d'água, 1994.

\_\_\_\_\_. *Do governo dos vivos*. Trad. Nildo Avelino. São Paulo: Centro de Cultura Social, 2009.

\_\_\_\_\_. *Nascimento da biopolítica*. Trad. Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

GUIZZO, Danielle. LIMA, Iara Vigo de. Foucault's contributions for understanding power relations in British classical political economy. *Economia*. vol. 16, n. 2, p. 194-205. 2015.

GRAMSCI, Antonio. *Selections from the Prison Notebooks of Antonio Gramsci*. New York: International Publishers, 1971.

HARDT, Michael. NEGRI, Antonio, *Empire*. Cambridge. Mass: Harvard University Press, 2000.

KANT Immanuel. *À paz perpétua*. Trad. Sob a direção de Marco Zingano. Porto Alegre: LP&M, 2008.

KEOHANE, R. NYE, Joseph. *Poder e Interdependência*. Buenos Aires: Grupo Editor Latinoamericano. 1998.

\_\_\_\_\_. *Power and Interdependence. World Politics in Transition*. Boston: Little Brown and company. 1977.

\_\_\_\_\_. *Transnational Relations and World Politics*. Cambridge: Harvard UP. 1973.

KIERSEY, Nicholas J., STOKES, Doug. *Foucault and International Relations: New Critical Engagements*. Routledge. 216 p. 2013.

LAMAZIÈRE, Christiana. *Problematizando o conceito de poder em Foucault e suas consequências para pensar o político na Teoria de Relações Internacionais*. 2007. 145 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Mestrado em Relações Internacionais, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2007. Disponível em: <<http://livros01.livrosgratis.com.br/cp118636.pdf>>. Acesso em: 20 out. 15.

LEMM, V. (ed.). *Michel Foucault: neoliberalismo y biopolítica*. Santiago: Ed. Univ.

Diego Portales, 2010.

MAQUIAVEL, Nicolau. O Príncipe [tradução Maria Júlia Goldwasser]. 2ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

MORGENTHAU, Hans J. A política entre as nações: a luta pela guerra e pela paz. Brasília: Editora Universidade de Brasília/ Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2003.

NEGRI, Antonio, The Empire after Imperialism, en Le Monde Diplomatique, January. 2001.

NEUTZLING, Inácio; RUIZ, Castor M. M. B. (orgs.). O (des)governo biopolítico da vida humana. São Leopoldo, RS: Casa Leiria, 2011, p. 37-53.

NYE, Joseph S. Jr. O futuro do poder. Tradução Magda Lopes. Benvirá, 2012.

PAOLINI, A.J. Foucault, realism and the power discourse in international relations. Australian Journal of Political Science. vol. 28, n. 1. p. 98-117. 1993.

RODRIGUES, Thiago M. S. Ecopolítica e segurança: a emergência do dispositivo diplomático-policial. Ecopolítica, vol. 05, p. 117-158, 2013a.

\_\_\_\_\_. Agonismo y genealogía: hacia una analítica de las Relaciones Internacionales. Relaciones Internacionales (Madrid), vol. 24, p. 89-107, 2013b.

\_\_\_\_\_. Guerra e Política nas Relações Internacionais. São Paulo: EDUC, 476 p. 2010.

\_\_\_\_\_. A infundável guerra americana: Brasil, EUA e o narcotráfico no continente. São Paulo Perspec. vol.16, n.2, p. 102-111. 2002.

SELBY, Jan. Engaging Foucault: Discourse, Liberal Governance and the Limits of Foucauldian IR. International Relations. vol. 21 n. 3, p. 324-345. 2007.

SENELLART, Michel. As artes de governar. Trad. Paulo Neves. São Paulo: Ed. 34, 2006.

SOUZA, Natália M. F. Quando o internacional encontra Foucault: diálogo possível? In: II Simpósio de Pós-Graduação em Relações Internacionais do programa, 2009, São Paulo. Anais do II Simpósio de Pós-Graduação em Relações Internacionais do programa, 2009. Disponível

em:<[http://www.santiagodantassp.locaweb.com.br/br/simp/artigos2009/natalia\\_souza.pdf](http://www.santiagodantassp.locaweb.com.br/br/simp/artigos2009/natalia_souza.pdf)>

. Acesso em: 20 out. 15.

**A Foucauldian approach to international relations: the regional integration processes  
based on the concept power dynamics**

**Abstract**

This paper discusses the global power relations in light of Michel Foucault, exploring the states logic of competitiveness by analyzing their relations. We start from the consolidation of the Westphalian nation-state until the current regional integration processes. We identify a passage from the political-military power to economic power, ie, the process of universal consolidation of difference in Westphalia, when it comes to the political aspect, the recent approach of the similar, due to the economic pole. The goal is to understand analytically the transformation in how the *Raison d'état*, tied to the liberal art of rule, understands power and exercises control through what Foucault calls biopolitics, and how such factor enables the transition from direct political dispute to economic competition. The text uses the method of literature review, in this case, qualitative research, developed through the perspective of International Relations bringing together realism-liberalism's theoretical transition of understanding the Anarchic System.

**Keywords:** Foucault. Regional integration process. Competitiveness. Diplomatic-military apparatus. Biopolitics.